



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM

ESTADO DE MINAS GERAIS

## **LEI MUNICIPAL Nº 211/56, de 15 de agosto de 1956.**

Autoriza a Prefeitura Municipal de Manhumirim a contrair empréstimo.

A Câmara Municipal de Manhumirim decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica a Prefeitura Municipal de Manhumirim autorizada a contrair um empréstimo até a quantia de seis milhões de cruzeiros (Cr\$6.000.000,00), destinados ao custeio das obras de ampliação do serviço de abastecimento de água e execução do serviço de esgoto sanitário, da cidade e sede dos distritos do Município de Manhumirim.

**Art. 2º.** A Prefeitura dará em garantia do empréstimo o imposto de indústrias e profissões, metade da quota federal do imposto de renda e a renda do respectivo serviço, dando, outrossim, em hipoteca, os bens objeto do empréstimo.

**Parágrafo único** – Os bens a que se refere este artigo passar a ser alienáveis por força da presente lei.

**Art. 3º.** O prazo do empréstimo será de (15) anos e os juros até onze por cento (11%) ao ano, vencendo-se as prestações e os respectivos juros, semestralmente, em 30 (trinta) de abril e 31 (trinta e um) de outubro de cada ano.

**Art. 4º.** Se a Prefeitura não efetuar o pagamento da amortização e juros na data do vencimento previsto no artigo 3º, ficará o estabelecimento credor autorizado a assumir automaticamente, por intermédio do imposto de indústria e profissões, metade da quota federal do imposto sobre a renda e a renda industrial dos serviços de água e esgoto, correndo as despesas para esse fim, inclusive percentagens, por conta da Prefeitura.

**Art. 5º.** No caso de inadimplemento da obrigação, por parte da Prefeitura, ficará vencida a dívida, independentemente de interpelação judicial, podendo o estabelecimento credor promover a execução judicial, sujeitando-se a devedora às despesas judiciais e a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida.

**Parágrafo único** – No caso de cobrança judicial da dívida, o credor ou arrematante ficará subrogado nos direitos da Prefeitura à concessão para exploração dos serviços, de acordo com a legislação vigente.

**Art. 6º.** A Prefeitura poderá antecipar, em qualquer tempo, o pagamento das prestações de amortizações e juros, ou da totalidade do empréstimo, descontados os juros respectivos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM

## ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 7º.** A execução das obras sera fiscalizada por engenheiro designado pelo estabelecimento credor.

**Art. 8º.** Os orçamentos consignarão obrigatoriamente dotações necessárias às amortizações, de juros e capital, do empréstimo autorizado.

**Art. 9º.** Fica aberto o crédito especial de Cr\$6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas a que se refere o artigo 1º desta lei.

**Parágrafo único** – Este crédito deverá vigorar até 31 de dezembro de 1959.

**Art. 10º.** Revogadas as disposições em contrário, entrará esta lei em vigor na data de sua publicação.

Manhumirim, 15 de agosto de 1956.

Agenor Carlos Werner

**Prefeito Municipal**

(a) Secretário “ad-hoc”